

# CONTABILIDADE FINANCEIRA AMBIENTAL: ADEQUAÇÃO DO PLANO DE CONTAS DE UMA EMPRESA DO SEGMENTO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

Jamille Pereira Guimarães \*

## RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo realizado com um Grupo Pessoa Física - Produtor Rural, com escritório localizado no município de Barreiras, Estado da Bahia, Fazenda entre os municípios de Barreiras e São Desidério. Objetiva analisar os principais benefícios da adequação do Plano de Contas sob a perspectiva ambiental de uma do segmento agrícola, cuja empresa supracitada fora o foco da pesquisa. Apresenta um estudo de caso, focando uma abordagem teórica, acerca de conceitos e históricos sobre a importância da Contabilidade Ambiental, a partir de aportes eletrônicos e livros, bem como apontar nesses dados quais são os principais benefícios da adequação do Plano de Contas da empresa de segmento agrícola, a fim de identificar os significativos impactos no fluxo financeiro e econômico da organização, a partir de coleta de dados. Estará portanto contemplando os três primeiros objetivos específicos, tendo como foco autores como: Araújo (2000), Júnior (2000), Maior (2003), Queiroz & Queiroz (2000), Kraemer (2000), Tinoco & Kraemer (2011), dentre outros, que contribuíram como fundamentos na pesquisa de campo e estudo de caso no escritório do grupo supracitado. Os dados estão organizados de forma a demonstrar o confronto entre teoria e prática, concretizadas a partir de uso de metodologia '*quali-quantitativa*' que proporcionou uma análise criteriosa e relevante na busca dos resultados desejados e das possíveis soluções apresentadas como fatores relevantes facilitadores para decisões relativas à atitude ambiental, a partir da seleção de indicadores e da avaliação das informações contidas no Plano de Contas. Assim os dados estão deliberadamente interpretados e sugestões expostas nas considerações finais, mediante o que Grupo produtor Rural vem desenvolvendo.

**Palavras-chave:** Contabilidade Financeira Ambiental. Plano de Contas. Segmento Agrícola.

---

\* Jamille Pereira Guimarães – Bacharelado em Ciência Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras-FASB. e-mail: mile\_guimaraes@hotmail.com

\*Orientadora Luciana Silva Moraes – Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Gestão Ambiental, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

## 1 INTRODUÇÃO

Os assuntos ambientais estão na tabela crescente da importância para a comunidade de negócios em termos de responsabilidade sustentável e social, tanto do consumidor, quanto no desenvolvimento de produtos, passivos legais e considerações contábeis. A participação da Contabilidade tem sido cada vez mais a lida com situações em que parte do patrimônio das empresas é simplesmente abatida pelos processos que envolvem a compensação de prejuízos causados ao meio ambiente, independentemente deles serem remediados ou não.

Nesse contexto, percebe-se o quão são penosas as atribuições delegadas ao contador, quando se tratando de assuntos referentes à mensuração dos recursos ambientais. A complexidade das atividades desenvolvidas por algumas empresas, muitas vezes é um fato que dificulta a conduta disponibilizada em registrar e divulgar, principalmente, em relação ao que se chamam passivos ambientais.

Logo, pressupõe-se quão importante passa ser a participação da Contabilidade na vida financeira de um organização e, de forma específica a Contabilidade Financeira Ambiental, no ramo de uma empresa do segmento agrícola. Porque poderá motivar o interesse voltados para as posicionamentos ambientais, contribuindo a organização no que concerne as ações de gerenciamento empresarial contábil a serem implementadas.

A Contabilidade Ambiental configura num estudo atrelado a contabilização do então chamados benefícios e também dos prejuízos, ações desenvolvidas conforme a atividade gerada por um produto no meio ambiente. Pensa-se estas ações, como uma série de atividades, levando em conta um projeto em processo, que caracteriza a preservação do meio ambiente.

Partindo dessa premissa, este trabalho de conclusão de curso teve como temática a Contabilidade Financeira Ambiental, uma adequação do plano de contas de uma empresa do segmento agrícola. Apresentou uma problemática a fim de que pudesse responder quais os principais benefícios da adequação do Plano de Contas sob a perspectiva ambiental de uma empresa do segmento agrícola do município de Barreiras, Estado da Bahia. Para tanto a hipótese levantada responde que dentre os benefícios elencados considera-se o de facilitar nas decisões relativas à atitude ambiental, a partir da seleção de indicadores e da avaliação das informações contidas no Plano de Contas, além de promover um futuro sustentável, responsável e transparente da empresa.

O objetivo principal era analisar os principais benefícios da adequação do Plano de Contas sob a perspectiva ambiental de uma empresa do segmento agrícola do município de Barreiras. Para tanto foi possível elencar os seguintes objetivos específicos: fazer

levantamento de dados teóricos, conceituais e históricos sobre a importância da Contabilidade Ambiental, a partir de aportes eletrônicos e livros; verificar quais são os principais benefícios da adequação do Plano de Contas da empresa de segmento agrícola; identificar os significativos impactos no fluxo financeiro e econômico da organização, a partir de coleta de dados; estabelecer uma análise comparativa entre a contabilidade tradicionalmente realizada pela empresa com as adequações exigidas pela Contabilidade Financeira Ambiental.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL: HISTÓRIA E CONCEITOS**

Com as grandes ameaças relacionadas à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, dentre elas a extinção das espécies animais e vegetais, bem como o aquecimento global por conta indevida da emissão dos gases poluentes, propiciaram uma análise relevante ao meio ambiente. E nesse contexto a contabilização dos eventos de uma organização (empresa) não poderia ficar de fora desse processo, uma vez que a mensuração dos recursos ambientais favorece a diminuição de tais impactos, quando bem gerenciada.

A gestão ambiental não pode separar e nem ignorar atitudes conceituais de ambiente empresarial em seus objetivos, porque o desenvolvimento destas atitudes possibilita avanço e melhores resultados nas relações internas e externas, enfatiza a produtividade, na sua lucratividade, qualidade e negócios da organização. Gerenciar o meio ambiente é conhecimento específico, para que se possa entender melhor o processo de gestão, é possível também desenvolver uma maneira sistemática de informar os dados adequadamente, o que inclui a medição e o registro do relato de ações executadas ou em operação. Para tanto, considera-se a Contabilidade como sistema de informação capaz de oferecer os dados adequadamente ao gestor.

Assim, segundo Ferreira (2006, p. 33) enfatiza que

O processo de gestão ambiental leva em consideração todas aquelas variáveis de um processo de gestão, tais como o estabelecimento de políticas, planejamento, um plano de ação, alocação de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros.

Em acordo com a expressividade de Ferreira (2006) acredita-se que a gestão ambiental deve ter como finalidade proporcionar os benefícios que a empresa necessita para superar, anular ou diminuir os custos das degradações que possam ser causadas pelas atividades da

empresa relacionadas ao meio ambiente ou ligadas a ele de forma direta ou indireta, principalmente no que corresponde a área produtiva.

A Contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo contribuindo na quantificação da riqueza humana, bem como do seu patrimônio. Uma evolução prolongada por gerações, que vem acompanhando a evolução da economia, possibilitando criar novas técnicas de identificar, mensurar e evidenciar os eventos econômicos, bem como os financeiros, no intuito de favorecer a análise contábil, verificar mudanças no patrimônio empresarial, dentre outras ações.

A atual conjuntura da gestão contábil faz perceber que a contabilidade está sendo considerada como um poderoso sistema de informações, cuja finalidade atrela-se em auxiliar, na forma de gerir uma organização afim de que estas possam garantir sua continuidade. O objetivo da Contabilidade segundo Marion e Iudícibus (2000, p. 53) é o “de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.”

Em nota, ressalta-se que a Contabilidade Ambiental, tem uma história que remonta os anos 70, época em que as empresas começaram a dar um pouco mais de atenção aos dilemas do meio ambiente e, portanto, a inovação de tais questões no rol da mensuração contábil. Contabilidade Ambiental é responsável pela ação de contabilizar os benefícios e os prejuízos que o desenvolvimento de um produto ou serviço pode trazer ao meio ambiente. São ações planejadas para desenvolver um plano, considerando a elevada preocupação com os recursos ambientais.

Maior (2003) salienta que a ideia estar ligada ao surgimento de uma Contabilidade Ambiental inserida nas organizações empresariais. Um nova forma de mensurar os gastos e os recursos relacionados à produção de bens de consumo. Portanto, a autor lembra que tudo isso veio à tona devido à crise com o petróleo, nos anos 70, uma vez que se concentrou em elevados custos por conta de sua escassez. As pessoas ainda não entendiam o discurso da escassez da matéria-prima, dos impactos ambientais causados pela larga escala de produção, embora se pregue que tudo tem seu tempo, até mesmo os recursos naturais.

As ações pertinentes a conscientização foi reforçada, principalmente por um grupo de cientistas, com representatividade de todos os países do globo terrestre, os quais estavam preocupados no estudo do futuro mundial. Assim, foi possível a divulgação de um relatório o qual o chamaram de “Limites de Crescimento”, esse documento mostrava que era preciso uma maior atenção para com a utilização dos recursos naturais, pois o consumo exagerado

poderia acarretar escassez. Fazendo o enlace dessas premissas Ferreira (2006, p.33) relata ainda que:

A Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas as informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações ambientais de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização.

Portanto, pensar a Contabilidade Ambiental é percebê-la como uma parte da Contabilidade Tradicional que pensa e estuda o patrimônio da empresa e também pensa no patrimônio ambiental: bens, direitos e obrigações ambientais das organizações empresariais. É considerá-la como uma divisão dentro da Contabilidade Tradicional que fornece aos seus usuários, informações sobre as operações ambientais que causam modificações na situação patrimonial da empresa, como também realiza o processo de identificar, mensurar e evidenciar. Assim, Martins e De Luca (1994, p.25) completam tais premissas ao afirmarem que:

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Segregar as informações de caráter ambiental das outras informações gerais da empresa, a fim de que possa classificar e avaliar corretamente os eventos contábeis. Dentre essas Bergamini Júnior (1999, p.4) acrescenta outros fatores que dificultam o processo de implementação da contabilidade ambiental, os quais são:

- Ausência de definição clara de custos ambientais;
- Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- Problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;
- Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como por exemplo no caso de uma usina nuclear;
- Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, dentre outros.

Tudo isso indica que a Contabilidade torna-se um instrumento capaz e eficaz para identificar, registrar, acumular, analisar, interpretar e informar as operações empresariais, para os sócios/acionistas, assim como aos investidores de maneira geral. Sua disponibilidade ao poder empresariado sustenta-lhes o registro dos resultados a serem apurados e visivelmente evidenciado à sociedade de forma fácil, na apresentação de balanços, antes complexos e agora, podendo incluir em seu bojo, respostas ao que a sociedade vir questionar das ações ligadas ao meio ambiente, além dos financeiros e econômicos. (QUEIROZ, 2000)

No que concerne às discussões abordadas sobre a Contabilidade Financeira é interessante fazer uma pequena abordagem sobre seus princípios, bem como discutir sua atuação na empresa de maneira a atender a demanda da Contabilidade Ambiental, como segue no item seguinte

## 2.2 CONTABILIDADE FINANCEIRA AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Com os grandes avanços da tecnologia e o desenvolvimento da população, nota-se que as ações e as atividades humanas foram originando-se cotidianamente e, com isso provocando impactos negativos ao meio ambiente, cuja fonte tem sido vista a escassez de recursos naturais, entretanto, vem suprindo as necessidades humanas. As preocupações relativas ao meio ambiente tomaram os lugares nas discussões em rede pelo mundo inteiro, e, assim decorrem da evidência de que tais ações humanas como um todo, portanto não se preocupa com a preservação ambiental, sabendo, no entanto que essa preocupação é crucial para existência das futuras gerações.

A visão ambientalista da sustentabilidade, não emergiu por um acaso, teve uma emergente alavancagem na consciência sobre as novas fontes de geração de riquezas, as quais estão relacionadas com o capital social e o capital humano de um povo. O desenvolvimento sustentável é um mecanismo político em defesa e em acumulação do capital que passa a constituir a nova riqueza das nações (ANDRADE, 2003).

Compartilhando dessa mesma visão Tinoco & Kraemer (2011, p. 110) afirma que

Os avanços ocorridos na área ambiental quanto aos instrumentos técnicos, políticos e legais principais atributos para a construção da estrutura de uma política de meio ambiente, são inegáveis e inquestionáveis. Nos últimos anos, saltos quantitativos foram dados, em especial no que se refere à consolidação de práticas e a formulação de diretrizes que tratam a questão ambiental de forma sistêmica e integrada.

Nesse sentido, é preciso que se observe o desenvolvimento da tecnologia como forma orientadora de metas de equilíbrio com a natureza e de incrementar a capacidade de inovar dos países, principalmente os que se encontram em processo de desenvolvimento. Assim sendo, o progresso será percebido como resultado de grandes riquezas, grandes benefícios sociais e ambientais em equilíbrio. Fazendo-se as analogias para o campo da Contabilidade, pode-se perceber que o gerenciamento de qualidade empresarial perpassa pela obrigação de se implantar sistemas organização e de produção, a fim de valorizar os recursos naturais e as

fontes de matérias-primas, as potencialidades do quadro criativo humano, as comunidades locais.

Nessa sequência de análises, Callenbach (1993) em citação por Tinoco & Kraemer (2011, p. 111) diz que “o objetivo do gerenciamento ecológico é minimizar o impacto ambiental e social das empresas, e tornar todas as suas operações tão ecologicamente corretas quanto possível”.

É notório a posição que os contadores assumem, por terem um papel fundamental e serem profissionais responsáveis na elaboração de um modelo adequado a empresa com a qual trabalha, incentivando-a a implementar uma gestão ambiental capaz de gerar dados contábeis apresentáveis nos balanços sociais, podendo ainda ser habilidoso e competente na criação de sistemas e métodos, além de mostrar ao empresário quais são as vantagens dessas ações efetivadas. A Contabilidade, de forma especial, não irá resolver os problemas ambientais, porém sua sistematização será capaz de contribuir no fornecimento de informações, bem como alertando os vários coparticipantes sociais da gravidade do problema caso vivencie e, assim poder contribuir, prestativamente na procura de soluções. (RIBEIRO apud FREY e PIRES JÚNIOR, 2001)

Na discussão da forma de divulgação das informações contábeis de caráter social e ambiental, torna-se necessariamente importante abordar as duas posições. A primeira, propõe a implementar um novo relatório separado das demonstrações contábeis tratando apenas dos posicionamentos ambientais, e uma segunda linha que tem como sugestão a inclusão dos dados relativos as questões ambientais, nas atuais demonstrações financeiras mantendo o padrão já utilizado, sendo utilizadas notas explicativas específicas. (RIBEIRO apud FREY e PIRES JÚNIOR, 2001)

A segunda opção seria a mais indicada pelo menos em si tratando de eventos em curto prazo, por considerar os aspectos dispostos no contexto operacional da empresa e, inclusive, no atendimento especial e imediato, por ser a Contabilidade o caminho da informação dos usuários em relação ao patrimônio das organizações empresariais. Portanto, aperfeiçoa tempo em elaborar e implantar novos relatórios. (RIBEIRO apud FREY e PIRES JÚNIOR, 2001).

A Demonstração de Valor Adicional (DVA) é parte do Balanço Social e mais: é integrante importantíssimo do Balanço Social, e, portanto precisa ser entendida como a maneira que a contabilidade irá auxiliar em mensurar e a demonstrar a capacidade da empresa para gerar e distribuir riqueza. (SANTOS apud Ribeiro, 2005). Portanto, o demonstrativo que a empresa dispõe é uma forma de evidenciar a sua funcionalidade para a sociedade e em

consequência contribuir para formação da riqueza do país de forma sustentável e legalmente inseridas nos padrões normatizadores. (MARTINS,1997).

### **2.2.1 Plano de contas na organização agrícola**

Embora haja relação íntima entre as questões financeiras e contábeis, a segunda passa a ser visualizada como um insumo importante e necessário à função financeira, isto é, como uma subdivisão dentro da administração financeira. Portanto, uma relação com a forma que a empresa se organiza suas atividades de uma empresa rural em três áreas básicas, segundo Crepaldi (2011, p. 45) “produção, finanças e comercialização”.

Há duas diferenças básicas de perspectivas entre administração financeira e a Contabilidade, segundo Crepaldi (2011, p.45): “uma refere-se ao tratamento de fundos e a outra, à tomada de decisão.” Significa que o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisão a partir do fornecimento do mapa com números e análises que ajudam o profissional a desempenhar bem suas funções.

É nesse processo de organização que o Plano de Contas deve ser compreendido como uma sugestão para a organização empresarial que dispõe dos recursos ambientais como um estratagema de seus negócios. Portanto, sua aplicação variará de acordo com as atividades da organização e também com seus interesses.

## **2.3 PLANO DE CONTAS: BENEFÍCIOS NA ADEQUAÇÃO PARA EMPRESA DO SEGMENTO AGRÍCOLA**

O Plano de contas de uma organização deve ser um grande aliado na apuração e demonstrações de resultados financeiros. O conjunto de contas caracterizadas por suas funções e com finalidade específicas. Seu objetivo macro é o registro condigno das operações realizadas numa organização empresarial, o que não deixa de ser diferente no segmento, podendo haver, nesse caso a variação de contas ou acréscimos conforme a atividade desenvolvida pela organização. Nessa perspectiva acredita-se que:

O plano de contas é, antes de mais nada, a peça-chave do planejamento contábil. Deve ser objetivo, claro, e poder representar as devidas contas que receberão os registros das transações econômicas realizadas ou dos fatos geradores. (FERREIRA, 2006, p. 97)

Como toda atividade tem uma missão e discorre de uma filosofia empreendedora, o plano de contas possibilitará configurar: a estrutura, atividade, questões jurídicas, volumes de operações, bem como vários aspectos que caracterizem as informações que necessitar. O plano de contas deverá ser organizado de acordo com os preceitos da legislação, incorporando contas que caracterizem a realidade da empresa, atenda seus princípios, principalmente contábeis, de forma clara e objetiva. O que é imperioso a contratação de um profissional capaz de estruturar e gerenciar com eficiência os eventos contábeis.

O plano de Contas terá como contribuição dentro da Contabilidade de Gestão Ambiental: o uso mais eficiente de recursos naturais, como a água (geração de energia); redução dos custos externos relacionados à poluição da indústria, tal como os custos da monitoração ambiental; fornecimento de informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública e fornecimento de informação ambiental industrial do desempenho podendo ser utilizada no contexto amplo das avaliações das condições ambientais, bem como às ligadas a economia e às regiões geográficas. (KRAEMER, 2000)

Inclui ainda como benefícios para a organização:

Prevenção da poluição; *design* e implementação do sistema de gestão ambiental; Projeto para o ambiente; Cálculo dos custos, poupanças e benefícios de projetos; Estabelecimento de metas quantificadas de desempenho; Divulgação ao exterior de despesas, investimentos e responsabilidades em ambiente; Compra ambiental preferível; Avaliação anual dos custos/despesas em ambientes; Relatório externo na área do ambiente ou da sustentabilidade; Produção mais limpa, prevenção de poluição, gestão da cadeia de fornecedores e projetos de eco design; Avaliação de investimentos, cálculo das opções de investimento; Preço dos produtos; Elaboração de orçamentos; Avaliação do desempenho ambiental dos indicadores e benchmarking relatório ambiental do desempenho. (KRAEMER, 2000, p. 55)

No âmbito agrícola essa característica torna-se peculiar, uma vez que as atividades são inerentes ao uso dos meios naturais e requer basicamente todo um cuidado com os potenciais que o meio ambiente oferece. Assim, as contas sendo selecionadas conforme a atividade da organização empreendedora poderá facilitar no que foi citado acima e consoante, evidenciar as iniciativas apontadas. As organizações, contudo devem ter maior atenção para a geração dos passivos ambientais, pois seu descumprimento poderá gerar danos litigiosos e assim prejudicar os investimentos da empresa.

### **2.3.1 Conceitos Contábeis Ambientais**

Será feita um registro sucinto de alguns conceitos de contas que podem fazer parte do plano de contas de uma determinada organização e, para o segmento agrícola, considera-se

de suma importância avaliar a atividade inerente ao segmento cabendo ou não sua adequação das contas essenciais:

**A) Ativo Ambiental** - são os ativos ambientais que incluem todos os bens e direitos, cuja destinação ou proveniência da atividade de gestão dos recursos ambientais, que podem relacionar-se ao capital circulante ou capital fixo. Nele inclui o capital circulante, o que se chama de capital de giro, configura-se como o montante que será aplicado para a realização da proposta econômica da organização. Portanto, está em sua composição: a) **disponibilidades** - contabilizam-se os valores ligados a recebimentos oriundos de uma receita ambiental; b) **realizáveis a curto e aos ativos em longo prazo** - serão feito lançamentos dos direitos que originam de uma receita ambiental. Evidencia-se, portanto, os estoques, depois de relacionados com insumos do sistema de gestão ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.

Em relação ao capital fixo, evidenciam-se como contas ambientais as que podem ser bipartidas em:

- a) **Investimentos:** participação societária em empresas ecologicamente responsáveis;
- b) **Imobilizado:** bens destinados a manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc.;
- c) **Diferido:** gastos em desenvolvimento de tecnologia “limpa” de produção que beneficiarão exercícios futuros, como por exemplo, os gastos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001. (KRAEMER, 2000, p. 58)

**B) Passivo Ambiental** - O Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental. (KRAEMER, 2000, p. 59)

Na opinião do IBRACON (1996, p.5):

O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.

A IAS 37 (Apud FERREIRA, 2000, p.115), registra que para reconhecer um passivo ambiental devem-se atender primeiramente os seguintes requisitos:

- 1) O primeiro deles é de que a entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos.
- 2) O segundo requisito é o de que é (*sic!*) provável que recursos sejam exigidos para se liquidar o passivo ambiental, ou seja, a chance de ocorrer a saída de recursos, o que depende de um ou mais eventos futuros, é maior do que a de não ocorrer.
- 3) O terceiro requisito é o de que o montante do passivo ambiental envolvido possa ser estimado com suficiente segurança.

O passivo ambiental, segundo os autores abaixo citados, está dividido em capital de terceiros e capital próprio os quais constituem as origens de recursos da entidade.

Exemplos de origens:

a) **Bancos** – empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental; b) **Fornecedores** – compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental; c) **Governo** – multas decorrentes a infração ambiental; d) **Funcionários** – remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental; e) **Sociedade** – indenizações ambientais; f) **Acionistas** – aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental; g) **Entidade** – através de destinação de parte dos resultados (lucro) em programas ambientais. (Santos & Silva, 2001, Apud KRAEMER, 2000, p.40)

Ao citar Ribeiro & Lisboa (2000), Kraemer (2000, p.45) destaca os passivos ambientais abaixo relacionados, cuja origem pode ser decorrente de qualquer ação ou negociação que tenha reflexo na interação da organização com o meio ambiente. Assinala que os recursos econômicos podem vir a ocorrer no futuro. Dessa forma, elenca:

- Aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de água química etc);
- Aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- Despesas de manutenção e operação de ‘departamento’ de gerenciamento ambiental, inclusive mão de obra;
- Gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão de obra, insumos em geral etc);
- Pagamento de multas por infração ambientais;
- Gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.

**C) Receita Ambiental** - Segundo o IASC (apud IUDÍCIBUS & MARION, 2000, p.173) a receita pode ser definida como:

(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital (...)

É notório que a finalidade em potencial de implantar a Gestão Ambiental não se caracteriza essencialmente na geração das receitas para a empresa/organização, mas sim, o seu desenvolvimento mediante uma política de responsabilidade entorno dos evidenciais dilemas que configuram impactos ambientais.

**D) Contingências Ambientais** - é o reconhecimento contábil de um passivo provável ou potencial, como uma multa discutida na justiça ou ações trabalhistas questionadas, cujo êxito é incerto. A contingência depende de condições ou situações de solução indefinida à data de encerramento do exercício social ou período a que se referem as

demonstrações contábeis de uma entidade e, como tal, dependente de eventos futuros que poderão ou não ocorrer.

A estimativa das possíveis consequências e dos respectivos efeitos financeiros de uma contingência dependerá de avaliação dos gestores da entidade, que poderão, obviamente, alicerçar-se em laudos técnicos. Tal avaliação será exercida à vista dos fatos e informações disponíveis à época do preparo e consequente publicação das demonstrações contábeis, e deverá levar em conta a experiência anterior adquirida em situações semelhantes além de outros fatores igualmente úteis. A perda contingente deverá ser provisionada, através de débito ao resultado do exercício quando for considerada provável e seu montante possível de ser estimado.

Para Ferreira (2006, p. 101)

Reservas para Contingências Ambientais esperadas: referem-se ao valor do potencial de poluição dos equipamentos da entidade que serão restrições a lucros futuros. À medida que a poluição ocorre seu valor específico passa a ser passivo contingente, devendo, portanto, esse evento ambiental ser imediatamente reconhecido.

Colaborando com a autora acima, Donaldson (1999) afirma que a importância da teoria da contingência pode ser observada quando se analisa uma pequena organização que tem uma estrutura simples e possui poucos níveis na hierarquia, sendo que na medida em que a organização cresce a estrutura torna-se diferenciada e mais níveis de hierarquia são adicionados.

**E) Custos e Despesas Ambientais** - A definição de custos e despesas, os famosos chamados de "consumo ativos" está relacionada com sua forma de aplicação na produção, com o sistema de gerenciamento ambiental dessa produção, como também nas ações ecológicas da organização.

Na visão de Ribeiro (1992, p.80):

O valor dos insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados podem constituir-se em exemplos de custos e despesas ambientais.

É importante ressaltar, também, que existem dois tipos de custos ambientais: custos internos - privados - tradicionalmente contabilizados ao longo da atividade produtiva, os quais compõem a base para determinar preço de venda dos produtos. Por exemplo: depreciação de equipamentos, mão de obra e a matéria-prima, os quais são fáceis de ser encontrados e controlados pela empresa. Já o segundo, pode ser classificado como custos externos - sociais, de acordo com a U.S. EPA (1995, p.34), são aqueles custos gerados pelo impacto da atividade da empresa no meio ambiente e na sociedade, os quais a companhia não se responsabiliza

financeiramente. Exemplo: custo com tratamento de doenças respiratórias ocasionadas pela poluição do ar. Como se pode observar a tarefa de Contabilizar os recursos ambientais (ativos e passivos) não é uma tarefa simples. Por isso é importante que haja uma maior preocupação não só dos empresários rural, mas também de outras instâncias a ele ligadas.

Nessa esteira de abordagens torna-se viável apontar que as adequações feitas no plano de contas contribuirão de certa forma para que se atinja os objetivos da empresa e assim possa evidenciar a processo de gerenciamento voltado para responsabilidade ambiental caracterizando assim, atividades operacionais com um modelo de informação para a gestão ambiental. Para tanto é importante e coerente que a empresa em conjunto com seu contador possa atribuir um plano de contas capaz de atender tais demandas e possibilitar a execução fidedigna dos princípios da Contabilidade Financeira Ambiental.

### **2.3.2 Algumas contas propostas como adaptação ao meio ambiente.**

De acordo com as abordagens anteriores sobre os conceitos das principais contas adaptadas será citada sua importância, no conjunto que é o Plano de Contas, contribuindo para que o contador na entidade (empresa) possa exercer sua função de contabilização das operações mensuráveis monetariamente.

Realçando a ideia de plano de contas, Tinoco e Kraemer (2011, p. 57) contribui ao afirmar que o "plano de contas é um conjunto estruturado de contas, numeradas ou codificadas racionalmente, o qual permite seu uso em sistemas de contabilidade mecânicos, ou ainda sistemas contábeis eletrônicos, manuais".

Apresenta-se a seguir o modelo de plano de contas obediente ao que estabelece a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 (MP 449/2008), normas e pronunciamentos Técnicos, que Tinoco e Kraemer (2011, p. 57-61) evidenciam como modelo estrutural. Modelo que foi elaborado a partir de artigo de Dutra (2002) e significativamente ampliado, contemplando contas patrimoniais - ativo, passivo e patrimônio líquido, contas de resultado - receitas e despesas e em especial, contas vinculadas às questões ambientais como é caso a ser analisado neste estudo, demonstrado na tabela 01.

**TABELA 01:** Modelo de Plano de Contas - adaptações a contabilização do Meio Ambiente

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>
Disponível	Empréstimos e Financiamentos
Caixa	Financiamentos Ambientais
Banco Conta Movimento	Fornecedores
Cientes	Fornecedores de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
Clientes Ambientais	Outras Obrigações
Subvenções Ambientais a Receber	Multas por Danos Ambientais
Créditos por Serviços de Assessoria	Indenizações por Danos Ambientais
Ambiental	Impostos Verdes
Outros Créditos	Provisões
Investimentos Temporários	Multas por Danos Ambientais
Estoques	Indenizações por Danos Ambientais
Matérias- primas	Aquisições de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
Produtos em Processo	Impostos
Produtos Acabados	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>
Produtos Reciclados e Subprodutos	Empréstimos e Financiamentos
Insumos Ambientais	Financiamentos Ambientais
Embalagens Ambientais	Fornecedores
	Fornecedores de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
	Outras Obrigações
	Multas por Danos Ambientais
	Indenizações por Danos Ambientais
	Impostos Verdes
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	Provisões
Investimentos	Multas por Danos Ambientais
Participações em Outras Ações Ambientais	Indenizações por Danos Ambientais
Participações em Fundos de Investimentos Ambientais	Aquisições de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
Imobilizado	Impostos
Terrenos	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Jazidas e Minas	Capital Social
Obras Cíveis	Reservas de Lucros
Equipamentos Ambientais	Reserva Contingencial para Multas por Danos Ambientais
Instalações Ambientais	Reserva Contingencial para Indenizações por Danos Ambientais
(-) Depreciação, Exaustão Acumulada	Reserva Contingencial para Aquisição de Bens e Serviços para Proteção e Recuperação Ambiental
	Reserva Contingencial para Impostos
	Verdes
	Prejuízos Acumulados
	Lucros Acumulados (conta transitória)
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Tinoco e Kraemer (2011, p. 57-1 Adaptado)

De acordo com o modelo de plano de contas acima, percebe-se que o contador ao projetar o plano de contas para determinada empresa, deve prever um número de contas que evidencie todas as ações e possibilidades presentes no ramo da atividade da entidade (empresa), assim como aquelas contas que por ventura, não utilizadas nas operações de praxis, poderão ser utilizadas no futuro, como por exemplo, as contas referentes aos eventos ambientais, que no momento não se apresenta contabilizados e divulgados plenamente.

O Plano de contas deve ser moldado em conformidade à facilidade de elaboração dos relatórios de gestão contábil e gerenciais, favorecendo ao entendimento de usuários externos. E, se bem projetado poderá evitar suas mudanças frequentes.

### **3 METODOLOGIA UTILIZADA**

Nesse estudo o foco está centrado numa pesquisa científica que evidencia o método indutivo, porque parte do modo particular de analisar uma determinada situação e assim, pode-se fazer uma generalização dos fatos ocorridos. Em face da temática escolhida e das diversas ações a serem realizadas para o alvo a ser alcançado, é proposto a utilização de um método indutivo, participando desse série um conjunto que gira em torno de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, através de uma abordagem '*Quali-Quantit*'.

Com foco nessa perspectiva, ressalta-se a análise qualitativa como busca de um espaço nas ciências sociais e exatas, não como uma contraposição aos métodos quantitativos, mas como elementos que se completam. Nesse contexto, observa-se que a pesquisa terá um cunho importante: o de preencher as lacunas verificadas nas pesquisas quantitativas. A união dessas duas abordagens vem sendo colocada como a saída para os problemas encontrados, quando se verifica o uso isolado de uma delas.

Diante desse contexto, Neves (1996, p. 11) aborda que a pesquisa qualitativa é: “[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]”. De acordo com essa proposição, não consta na pesquisa qualitativa uma preocupação na produção de dados numéricos que possam ser manipulados através de fórmulas matemáticas, as quais destinam-se á elaboração quer seja de gráficos ou tabelas que reproduzam ao mínimo os dados encontrados na pesquisa.

Já análise quantitativa de pesquisa tem no questionário uma de suas grandes ferramentas, significando que o uso desse instrumento “é uma técnica de Observação Direta Extensiva onde o pesquisado não tem contato pessoal como o pesquisador, evitando assim,

possíveis distorções devido a influências do pesquisador” (MICHEL, 2005, p. 32) Corroborando com tais premissas Demo (1995, p. 231) afirma que “Embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica”.

O presente trabalho teve como foco norteador o processo de aplicação de um questionário com 10 questões: divididas entre abertas e fechadas, a fim de atender a demanda dos objetivos apresentados anteriormente, em uma única empresa do ramo agrícola, grupo empreendedor nos Estados de Minas Gerais e da Bahia (Barreiras), que será mencionado no decorrer desse trabalho como "Grupo Pessoa Física-Produtor Rural". Justifica a escolha desse grupo em decorrência do segmento ser o preterido e pela facilidade das informações estarem ao alcance pesquisadora.

Após levantamentos de dados, os mesmos foram tabulados e confrontado com as pesquisas realizadas à luz dos teóricos que enfatizam a temática em questão, uma vez que o desafio principal da Contabilidade Financeira Ambiental está ligado à estimação e comunicação das referentes das responsabilidades ambientais e dos custos relacionados ao ponto de vista financeiro.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 DESCRIÇÃO DO GRUPO PESSOA FÍSICA - PRODUTOR RURAL**

As abordagens a seguir serão sintéticas e específicas do Grupo Pessoa Física - Produtor Rural localizado no município de Barreiras, Estado da Bahia. Pontuadas a partir de pesquisa de campo, com abordagem pautada na resolução de questionário, explanadas todas as questões de maneira peculiar ou coletiva, mediante semelhança na análise, que caracteriza o segmento agrícola, expostas e comentadas.

As informações peculiares ao contexto histórico do grupo estão disponíveis no site DESENBAHIA, publicadas no "Jornal Desenbahia", no ano de 2006, e outras adquiridas a partir de questionário, dados analisados a seguir.

#### 4.1.1 Apresentação e discussão dos resultados

Contextualizar o Grupo Pessoa Física - Produtor Rural, é fazer uso de características que evidenciam um grupo de produtores de grãos dos cerrados de Minas Gerais e da Bahia. O sucesso desse grupo se configura na sua ascensão e expansão em área baiana, cuja amplitude e atividade irrigada abrange cerca de 1,3 mil para 2,1 mil hectares.

Sua ampliação nesse território, se deu graças ao apoio da Desenbahia, potencializando um projeto que está em execução desde 2003. Esse apoio fez com que o grupo adquirisse uma propriedade com cerca de 4 mil hectares no município de São Desidério, cujas implantações de culturas de deveu a: soja e feijão, adquirindo excelentes, no ano da safra.

Segundo o relato e publicação no Jornal Desenbahia (2006), na safra 2004/2005, a produtividade na Fazenda foi promissora, no montante de 58 sacas/hectare em destaque para a soja. Isso considerando que a média da região, naquele período agrícola, estava em torno de 48 sacas/hectare, o que configuram dados da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba). No mesmo registro, consta que o feijão também teve um grande desempenho – 56 sacas/hectare, frente à média regional de 45 sacas/hectare.

O grupo relata que a soja passou por um momento de dificuldades, o período registrou valor de R\$ 45,00 tendo uma queda para R\$ 26,00, no ano de 2005 e em 2006 um desequilíbrio entre R\$ 18 e R\$ 21.

A missão do grupo é "Comprar e vender bem, salientando que a venda também exige esforço e senso de oportunidade". Agricultores e profissionais há muitas gerações, dispendo de um enredo histórico que evidencia luta e de disposição para enfrentar dificuldades. Seus bisavós, segundo realto, exerciam a atividade na Itália. Instalando-se por transferência para o Brasil, a tarefa só veio continuar e progredir. O Produtor Rural, fundador do grupo, tem sua origem sulistas. Nasceu no Estado do Rio Grande do Sul, produtor rural há 50 anos atuando com a atividade agrícola no Paraná, estados do Centro-oeste e outros. Motivados pelas fronteiras agrícola no Brasil, não teve medo de enfrentá-las, e, sempre que surgem, a família se faz presente, mantendo o espírito empreendedor.

Não acaba aqui, o enredo de tantas conquistas. Assim como tem os precursores da agricultura, tem também os responsáveis pela sua organização. Para tanto cabe salientar que o grupo, presente na Bahia, como descrito acima, tem como cuidadores um contador e um gestor. Mantiveram a continuação do grupo a vir para a Região Oeste, onde mantiveram residência fixa. A adaptação na nova localização da família, principalmente as relacionadas

com as questões climáticas e as questões culturais desapareceu em pouco tempo, pois as perspectivas de mercado com a produção só teve a aumentar cada vez mais.

Nesse contexto, a Contabilidade do grupo vem se mantendo crescentemente atualizadas na medida do possível o que está potencializando e trazendo grandes benefícios para a organização. Portanto, para melhor entender a posição e situação desse grupo de segmento agrícola, torna-se imperioso rever os questionamentos referendados a contadora e assim fazer a análise dos resultados, conforme apresentação dos resultados da pesquisa, sob orientação do questionário norteador.

Os contatos foram realizados diretamente com a Contadora, no intuito de levantar dados que caracterizassem a construção desse material e por fim alcançar o objetivo traçado no projeto que deu origem todo o contexto que aqui segue.

No primeiro momento, em contatos preliminares com a responsável pela área de contabilidade, o retorno foi positivo, no sentido de se mostrar solícita e disponível à discussão sobre o tema a partir das respostas ao questionário, conforme anexo.

Foi frisado anteriormente que os dados seriam analisados de maneira detalhada em conformidade com os dados alcançados, através da pesquisa de campo. Portanto, será as delineações serão focadas na organização do grupo e como procedem os seus dados contábeis, no intuito de analisar os principais benefícios da adequação do Plano de Contas sob a perspectiva ambiental nesse grupo de segmento agrícola do município de Barreiras.

No contexto das informações registradas, percebe-se que a organização em análise atua no mercado agrícola desde 24 de julho de 2003, tendo como base as culturas: Soja, Milho, Feijão e Algodão. Dentre estes produtos ressalta-se a produtividade das últimas safras, segundo as informações prestadas via questionário. Dessa forma, destaca-se:

- Algodão 287 sacas/hectares, com área licenciada de 2.851 há;
- Soja 52,5 sacas/hectares, contendo 3425 ha
- Milho 190,5 sacas/hectares (área de campo de semente, e a produtividade equivalente a milho comercial), perfazendo um total licenciado de 2118 hectare; e,
- Feijão 44 sacas/hectares, com 1.200 hectare.

Atuando no ramo agrícola, o grupo tem como opção jurídica a Pessoa Física, Produtor Rural, atuando hoje em dois municípios vizinhos: São Desidério, com 50 funcionários e em Barreiras com 37 funcionários. Estes autores tem como funções principais: administrador, contador, Engenheiro Agrônomo, Auxiliar Administrativo, operador de Máquinas, tratoristas,

Técnico Agrícola, Auxiliar de Mecânica, Eletricista, Cozinheira, Trabalhador Agrícola Polivalente.

Nota-se que o grupo em análise ainda está deixando a desejar quanto a formação de seus funcionários. Isso é percebido pelo fato da contadora ainda está se adaptando aos conhecimentos da Contabilidade Financeira Ambiental, com base em sua resposta ao questionário. Entretanto, a mesma mostra-se bastante atualizada, pois quando perguntado "Que conceito de Contabilidade Financeira Ambiental assinalava para melhor caracteriza as atividades desenvolvidas no grupo em que atua?", salientou que era "Contabilidade Financeira é a contabilidade geral, necessária a todas empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória conforme a legislação comercial", opção sinalizada no questionário.

Nesse contexto, pode-se registrar que o conceito escolhido tem proximidade com a afirmativa de Junior (2003) ao relatar que a "Contabilidade Financeira Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa", que reporta tais transações.

O mesmo autor completa ao citar deveres de assegurar se: a) os custos, ativos e passivos ambientais estão contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade; e se, b) o desempenho ambiental tem ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam. Diante dessa questão respondida, a questão 4. II, possibilitou rever os problemas que dificultam essa organização rural a implantar a Contabilidade Financeira Ambiental, de maneira completa, para tanto, como resposta à pergunta feita, afirma que seus problemas caracterizam na "qualidade existente das obrigações futuras, considerando os custos passados". Isso evidencia que o grupo analisado ainda não dispõe integralmente ou ainda não está consoante com a legislação, no que se caracteriza a implementação efetiva da Contabilidade Financeira Ambiental, no que corresponde toda a estrutura contábil. Entretanto, na análise da questão 4.III, percebe-se que há um consenso efetivado mesmo que teoricamente ao caracterizar que a Contabilidade Financeira Ambiental aplicada na atividade rural pode demonstrar toda a vida evolutiva da empresa.

Quando foi perguntado sobre o Sistema de Informação Contábil, afirmou-se que a Contabilidade Gerencial a depender da situação é feita na empresa/às vezes, assim como a atualização da Contabilidade de modo geral. No entanto, sempre é expedido relatório contendo análise econômica e financeira da empresa para mensurar o ativo e o passivo.

A preocupação em manter o sistema de informações contábeis é bem acentuada no grupo analisado. Entretanto algumas considerações quanto a isso deve ser assinaladas em virtude de contradição em algumas respostas sobre ao conhecimento e as dificuldades de sua

implementação dentro da empresa. Nesse contexto é importante que a formação e a participação de seus envolvidos sejam maiores, para que possam demandar menor quantitativo de perdas. A prática é de fundamental importância nessa situação embora, os conhecimentos legais podem ainda ser maiores e corroborar no crescimento e ganhos.

Portanto, a implementação de um sistema de contabilidade ambiental irá contribuir com inúmeros benefícios à organização que dela se apropriar, uma vez que esse sistema possibilitará incorporar à contabilidade financeira, dados sobre os efeitos ambientais, permitindo a evidenciação dos custos, receitas e investimentos ambientais nos demonstrativos contábeis, e, além de tudo possibilitar aos usuários da informação contábil o acesso a informações detalhadas sobre seu patrimônio, regando boas práticas de sustentabilidade e evitando no descumprimento de obrigações, voluntárias ou involuntárias, gerando assim, passivos ambientais.

Quando foi perguntado sobre o Planejamento Contábil, verifica-se que há utilização de Plano de Contas, adequando-se as contas ao ramo de atividade, a saber: estoque de matéria-prima; inventário permanente e não se utilizando de um sistema auxiliar de contas.

Quanto às questões referendadas sobre a sustentabilidade, o empresário produtor rural se preocupa com os prejuízos ambientais pelas ações inerentes a sua atividade, no entanto nas Demonstrações Contábeis não dispõem de informações ambientais, caracterizando mesmo assim, que foi possível estabelecer reflexões econômicas sobre o retorno da atividade, das aplicações e de novos investimentos. Segundo Crepaldi, (2005, p. 292) interpretar as demonstrações contábeis nada mais é do que “identificar as causas das variações específicas ocorridas no patrimônio, sob o ponto de vista econômico e financeiro”

Quanto a questão "Quais os benefícios da adequação do Plano de Contas sob a perspectiva ambiental no segmento agrícola?", o grupo afirma que indicaram: informação mais exatas e mais detalhada para a medida e o relatório de desempenho ambiental, (dados considerados a empresa em si); permite o uso eficiente de recursos naturais, tais como a energia e a água; redução dos custos externos que tem relação com a poluição, tal como os custos da monitoração ambiental; fornecimento de informações para as tomadas de decisão, contribuindo e melhorando para a política pública ambiental; e, fornecimento de informação ambiental rural do desempenho podendo ser usado no contexto das avaliações do desempenho e das condições ambientais, econômica e geograficamente.

## 5 CONCLUSÃO

A atividade agrícola é uma atividade onerosa, e tudo o que está relacionado a este setor demanda de grandes investimentos. É perceptível grau da imobilização de capital que a atividade agrícola requer para ser autossuficiente, no que se refere fonte de operação (terra, máquinas e trabalho), bem como adequar-se aos princípios que norteiam a preservação do meio ambiente. A Contabilidade Financeira Ambiental considera a contabilização do Ativo Ambiental e do Passivo Ambiental, permitindo a empresa se adaptar aos parâmetros exigidos, de forma que não agrida ao meio ambiente e, por meio das maneiras de reconhecer e de divulgar os eventos de seu passivo ambiental e da evidenciação dos ativos ambientais, bem como dos custos e despesas, na preservação, proteção e controle dos recursos ambientais.

O contador deverá ser o agente disseminador da responsabilidade social no seu grupo: aquele quem presta serviços. É, pois ele a pessoa responsável pelas informações escriturárias, capaz de influenciar positivamente quando bem operacionalizadas, ou negativamente quando omissas e mal efetivadas nas transações das organizações e, portanto contribuir para a tomada de decisão.

O registro dos principais benefícios da adequação do Plano de Contas sob a perspectiva ambiental de uma empresa do segmento agrícola do município de Barreiras, alicerçar-se-á nas adequações adotadas que poderão facilitar as decisões relativas à atitude ambiental, investindo na seleção de indicadores e na avaliação das informações de cada conta do conjunto, aliadas na promoção de um futuro sustentável, responsável e transparente da empresa.

Portanto, percebe-se que nessa análise uma merecida atenção, porque é de suma importância para ao crescimento e fortalecimento das ações relacionadas com a Sustentabilidade, papel social a ser desempenhado pelo grupo, além de fornecer dados que antecipam prejuízos ou a aquisição de passivos ambientais involuntários, o que poderá causar grandes transtornos e litígios.

É fundamental a aquisição de informações claras quanto a implementação legal da Contabilidade Ambiental, uma vez que a mesma admite visualizar peculiaridades que diferem da Contabilidade de outros setores. Portanto, o conhecimento adequado, possibilitará a ascensão de qualquer organização empresarial, principalmente a de segmento agrícola foco desse estudo, porque o cenário atual configura novas posturas, nova comportamento sobre as premissas inerentes a sustentabilidade, percebendo que há necessidade de incorporar as adequações necessárias no conjunto delineado pelo plano de contas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. M. F; DINIZ, K. M. **Impactos ambientais da agroindústria da cana-de-açúcar: subsídios para a gestão.** 2003 131 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Especialização em Gerenciamento Ambiental, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2000.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. **Contabilidade e riscos ambientais.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999

BRASIL, Desenhahia. Governo da Bahia. **Empresa agrícola dribla a crise e se expande no oeste da Bahia.** Jornal Desenhahia, Ano 5 nº 51, Junho, 2006.

CALLENBACH, Ernest e outros. **Gerenciamento Ecológico.** São Paulo: Ed.Cultrix, 1993.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011

\_\_\_\_\_. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995

DONALDSON, Lex. Teoria da contingência estrutural. In: *CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs). Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.* São Paulo: Atlas, 1999. V.1. 105–133 p.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Custos ambientais – uma visão de sistema de informações.** VI Congresso Brasileiro de Custos, São Paulo, junho de 1999.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável – Inclui Certificados de Carbono.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável – Inclui Certificados de Carbono.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Tadeu. **Temas Contábeis em Destaque - Passivo Ambiental.** São Paulo:Atlas, 2000.

FIGOIRESE, Romeu. **Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico.** João Pessoa: EDU, 2003.

FREY, M.R.; PIRES JÚNIOR, R.B. **Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis,** In: Anais II Seminário de Trabalhos Científicos em Contabilidade da UNISC - 17 e 18/09/2001. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade, 2001. p. 115 - 129.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11 – Balanço e Ecologia.**1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio & Outros. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – Aplicável também às demais sociedades**. 4ª ed. rev. at., São Paulo: Atlas, 1995.

JUNIOR, S. B. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro – RJ: ano 3, nº 09, p.03-11, ago/out.2000

\_\_\_\_\_. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro – RJ: ano 3, nº 09, p.03-11, ago/out.2003

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade ambiental como sistema de informações**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. . Rio de Janeiro - RJ: ano 3, n. 09, p.19-26, ago/out.2000. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/> > Acesso em 24 Out 2012.

KROETZ, C. E. S. **Balanco Social. Teoria e Prática** . São Paulo: Atlas, 2000.

MAIOR, G. S. **Contabilidade Ambiental** .<http://www.suspiros.com.ecologia> . Acesso em 18 nov. 2003.

MARTINS, Eliseu & RIBEIRO, Maísa de Souza. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. Abrasca, boletim 415, São Paulo, 1998.

MARTINS.E.**Balanco Social**: ideia que merece permanecer.Gazeta Mercantil.São Paulo ,p.A3,18 SET.1997.

MARTINS, Eliseu & DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Ecologia via Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 86, março 1994.

MICHEL, Maria Helena Michel. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

NEVES, José Luíz. **Pesquisa Qualitativa** - Características, Usos e Possibilidades. Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresa - FEA-USP, São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996.

QUEIROZ, R. L. S., QUEIROZ, E. S. **A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro – RJ: ano III, nº 09, p.78-83, ago/out.2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral**. Saraiva. 2005.

RIBEIRO, M. S; LISBOA, L. P. **Passivo Ambiental**. In: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia – GO,2000.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (mestrado). FEA/USP, 1992.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perfil do contador moderno**. Jornal do CRC - MG, Belo Horizonte - MG Set/ 2001

TINOCO, João Eduardo Prudêncio & KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira, **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011

TINOCO, João Eduardo Prudência. **Ecologia, Meio Ambiente e Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 89, nov. 2001

U.S. EPA U.S. ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). **Introduction to environmental accounting as a business management tool: key concepts and terms**. Washington, jun de 1995.